

BREVE INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS CONTÁBEIS E DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

BALANÇO PATRIMONIAL: é a representação quantitativa do patrimônio de uma entidade.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
BENS E DIREITOS	EXIGÍVEL: OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	PARTE DOS SÓCIOS

PATRIMÔNIO: é o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma Entidade.

BENS: qualquer coisa que possa satisfazer uma necessidade do homem e que seja suscetível de avaliação econômica (preço). Os bens se classificam em:

- Tangíveis: que têm existência física. Ex. automóvel, dinheiro, casa, etc.
- Intangíveis: são os chamados bens abstratos ou imateriais, não têm existência física. Ex. marcas e patentes, direitos autorais, etc.

DIREITOS: são bens sobre os quais exercemos domínio, mas que estão sob posse de terceiros. Aparecem no patrimônio como valores a receber. Ex. clientes ou duplicatas a receber, títulos a receber, etc.

OBRIGAÇÕES: são bens que se encontram sob nossa posse, mas o domínio sobre eles é exercido por terceiros. Aparecem no patrimônio como valores a pagar. Ex. duplicatas a pagar, títulos a pagar, etc.

ATIVO: conjunto dos bens e direitos de uma Entidade.

PASSIVO (exigível): representa o conjunto de obrigações perante terceiros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: é a diferença entre o valor do Ativo e do Passivo (exigível) de uma entidade em determinado momento, representa o registro do valor que os proprietários têm aplicado no negócio.

PASSIVO (exigível): capital de terceiros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: capital próprio.

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO: indica a origem dos capitais ou recursos.

ATIVO: indica a forma de aplicação desses capitais ou recursos.

EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO: $PL = A - P$

Geralmente, na maioria das entidades, o Ativo suplanta o Passivo, a representação mais comum do seu Balanço Patrimonial seria: $A = P + PL$. Caso o Passivo supere o Ativo: $A + PL = P$.

BALANÇO PATRIMONIAL

É a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em determinado momento, e a sua composição e apresentação seguem o ritual definido pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Legislação Comercial, quanto à sua forma e à necessidade de serem elaborados por um profissional legalmente habilitado, para se ter credibilidade necessária junto aos

órgãos públicos, instituições financeiras e até mesmo aos fornecedores, e é composto pelas seguintes peças:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Resultado do Exercício

CURTO E LONGO PRAZO NA CONTABILIDADE

Normalmente, curto prazo em contabilidade significa um período de até um ano, longo prazo, por sua vez, identifica um período superior a um ano.

ATIVO

A apresentação das contas do ativo em grupos obedece a uma ordem decrescente de grau de liquidez, representando desta forma a maior ou menor facilidade com que determinados bens são transformados e numerário.

ATIVO CIRCULANTE

Neste grupo são classificadas as contas representativas de:

- Disponibilidade;
- Caixa;
- Bancos Conta Movimento;
- Aplicações de Liquidez Imediata;
- Direitos Realizáveis no Curso do Exercício Social;
- Duplicatas a Receber;
- Duplicatas Descontadas;
- Provisão p/Devedores Duvidosos;
- Títulos a Receber;
- Estoques;
- Aplicações de Recursos em Despesas do Exercício Seguinte
- Seguros Pagos Antecipadamente;
- Despesas Antecipadas.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

As contas representativas dos bens de direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e as dos bens e direitos oriundos de negócios não operacionais realizados com coligadas, controladoras, proprietários, sócios, acionistas e diretores.

Exemplos: Crédito com Controladoras, Crédito com Coligadas, Cauções Contratuais por Serviços a executar de Longo Prazo.

ATIVO PERMANENTE

Compreende itens que dificilmente se transformarão em dinheiro, pois não se destinam a venda, mas são utilizados como meios de produção ou meios para se obter renda para empresa, é conhecido também como Ativo Fixo, pois seus valores não mudam constantemente, uma vez que a empresa não compra nem vende esses bens com frequência. São bens com vida útil longa, sendo que o Ativo Permanente divide-se em três grupos:

Investimentos – são aplicações que criam riqueza para a empresa, como por exemplo, a compra de ações de outras empresas, obras de arte, imóveis de uso, compra de máquinas e equipamentos para produção de bens, etc.

Imobilizado – são bens destinados à manutenção da atividade principal da empresa ou exercidos com essa finalidade, portanto, os bens que auxiliam a empresa na consecução da

sua atividade e que pertencem ao Ativo Imobilizado, tais como – Veículos, Móveis e Utensílios, Imóveis, Equipamentos, etc.

Diferido – são aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, sendo que um dos exemplos mais comum é as despesas pré-operacionais, ou seja, (gastos antes da inauguração da empresa).

PASSIVO

A apresentação das contas do passivo em grupos obedece a uma ordem decrescente de grau de exigibilidade, representando desta forma a maior ou menor facilidade com que determinadas obrigações serão pagas.

PASSIVO CIRCULANTE

São as contas representativas das obrigações da empresa, inclusive financiamentos para aquisição de Ativo Permanente com vencimentos até o término do exercício social corrente, tais como:

- Empréstimos;
- Debêntures;
- Encargos Financeiros a Pagar;
- Fornecedores;
- Impostos a Recolher;
- Salários a Pagar;
- Provisões Diversas.

PASSÍVEL EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

São as contas representativas das obrigações da empresa com vencimentos após o término do exercício social seguinte, tais como:

- Financiamentos;
- Encargos Financeiros a Pagar;
- Retenções Contratuais;
- Resultados de Exercícios Futuros.

Não confundir com antecipações de clientes, as principais características deste grupo de contas são a inexigibilidade para com terceiros e ser considerado como lucro de exercícios futuros, em função do princípio contábil do regime de competência de exercícios, tendo como exemplo, alugueros recebidos antecipadamente.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o registro do valor que os proprietários de uma empresa têm aplicado no negócio. As aplicações dos proprietários normalmente são compostas do capital subscrito (assinado, comprometido) e, por dedução, a parcela ainda não realizada (capital e Capital a Integralizar), mais os resultados decorrentes das atividades da empresa (lucros ou prejuízos acumulados).

DEPRECIAÇÃO SOBRE ATIVO IMOBILIZADO

A maior parte dos ativos imobilizados tem vida útil limitada, ou seja, serão úteis à empresa por um conjunto de períodos finitos, também chamados de períodos contábeis. À medida que estes períodos forem decorrendo, dar-se-á o desgaste dos bens, que representam o custo a ser registrado.

O custo do ativo imobilizado é destacado como uma despesa nos períodos contábeis em que o ativo utilizado pela empresa. O processo contábil para esta conversão gradativa do ativo imobilizado em despesas chama-se DEPRECIAÇÃO. A depreciação é uma despesa porque todos os bens e serviços consumidos por uma empresa são despesas. Poderá ser computada como despesa, em cada

exercício, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo imobilizado resultante dos resgates pelo uso, ação da natureza e obsolescência.

TAXA ANUAL DA DEPRECIAÇÃO

Para o cálculo da taxa anual de depreciação é necessário estimar a vida útil do bem, isto é, quanto ele vai durar, levando em consideração as causas físicas (o uso, o desgaste natural e a ação dos elementos da natureza) e as causas funcionais (a inadequação e a obsolescência, considerando o aparecimento de substitutos mais aperfeiçoados). Então, a taxa de depreciação anual é estabelecida em função do prazo de vida útil do bem a depreciar. Assim, se um bem pode ter a duração de cinco anos, admite-se uma taxa anual de 20%, isto porque a taxa anual corresponde à divisão de 100% pelo número de anos do prazo de vida útil do bem.

TAXAS DE DEPRECIAÇÃO ANUAL FIXADA PELA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA		
Grupo de Bens do Imobilizado	Taxa Anual	Vida Útil
Edifícios e Construções	4%	25 anos
Instalações	10%	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10%	10 anos
Móveis e Utensílios	10%	10 anos
Computadores e Periféricos	20%	05 anos
Veículos	20%	05 anos
Ferramentas	20%	05 anos

Estas demonstrações são reguladas pela legislação comercial e fiscal, havendo também normas específicas, como as da Comissão de Valores Mobiliários, para as companhias abertas, do Banco Central do Brasil para as instituições financeiras etc.

O BALANÇO GERAL de uma pessoa jurídica pode ser definido como: um conjunto de relatórios, demonstrações e pareceres, visando avaliar, na data do encerramento do exercício ou de um período intercalar, a situação da empresa. E deve ser constituído de:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados que pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes;
- Outras demonstrações ou quadros analíticos necessários.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, as empresas (S/A) eram obrigadas a publicar 04 (quatro) Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos;
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

As Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade legislam sobre as demonstrações financeiras denominadas Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

No entanto, a Lei 6.404/76, sofreu atualização pela Lei 11.638/07, e as demonstrações contábeis preparadas para serem divulgadas externamente passaram a ser:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de forma facultativa;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de forma facultativa;
- Demonstração do Valor Adicionado para as companhias de capital aberto.

As demonstrações contábeis das companhias abertas (sociedades por ações) são obrigatoriamente examinadas por auditores independentes.

PARECER DOS AUDITORES

As empresas de capital aberto, instituições financeiras e alguns outros casos específicos estão obrigados a publicar as Demonstrações Financeiras com o parecer da Auditoria Externa. O auditor emite sua opinião informando se as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a situação patrimonial e a posição financeira na data do exame. Informa se as Demonstrações Financeiras foram levantadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e se há uniformidade em relação ao exercício anterior.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice de Liquidez Corrente – Mostra a capacidade da empresa em saldar suas dívidas de curto prazo. Para efetuar o cálculo, divide-se o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante. O resultado indica quanto a empresa tem de recursos monetários para cada Real de dívida. O índice de liquidez corrente deve ser calculado para vários anos, para que se adquira perspectiva histórica, e deve ser comparado com outras empresas do setor.

$$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral – Mostra a capacidade da empresa em saldar suas dívidas de curto e longo prazos. Sua fórmula consiste em dividir o Ativo Circulante + Exigível a Longo Prazo pelo total da dívida a curto e longo prazo.

$$ILG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Seca – Mostra a capacidade de pagamento de passivos circulantes de uma empresa sem depender da venda de estoques.

$$ILS = \frac{\textit{Ativos Prontamente realizáveis}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Indicadores de Endividamento – Mostram informações referentes à proteção dos credores contra a insolvência e à capacidade de obtenção de financiamento adicional pelas empresas.

$$\textit{Índice de endividamento} = \frac{\textit{Total das dívidas}}{\textit{Total dos Ativos}}$$

OU

$$\text{Capital de Terceiros} / \text{Capital Próprio} = \frac{\text{Total das dívidas}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

ou

$$\text{Multiplicador de Capital Próprio} = \frac{\text{Total dos Ativos}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Margem de Lucro – É uma medida do lucro em relação às receitas.

$$\text{Margem de Lucro Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Operacional Total}}$$

$$\text{Margem de Lucro bruto} = \frac{\text{Lucro Antes dos Juros e Impostos}}{\text{Receita Operacional total}}$$

Retorno sobre Ativos – É uma medida de desempenho gerencial e é representado pelo quociente entre o lucro e o ativo total médio, tanto antes quanto depois do imposto de renda. Assim, temos:

$$\text{Retorno Líquido sobre ativos} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

$$\text{Retorno Bruto sobre ativos} = \frac{\text{Lucro Antes dos Juros e imposto de renda}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

Retorno sobre o Capital Próprio – Este índice é definido pelo quociente entre lucro líquido e patrimônio médio dos acionistas ordinários, e indica o retorno percentual sobre o Patrimônio Líquido médio da empresa.

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

Giro do Ativo Total – Indica com que eficácia uma empresa está utilizando todos os seus ativos. Empresas de capital mais intenso costumam apresentar índices mais baixos, face ao alto volume de ativos investidos.

$$\text{Índice de Giro do Ativo Total} = \frac{\text{Receitas operacionais}}{\text{Ativo Total}}$$

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Equipe de Professores da FEA/USP, *Contabilidade Introdutória*; 9ª ed.: São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio & MARION, José C., *Contabilidade para Não Contadores*; 1ª ed.: São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante Carmine, *Análise Financeira de Balanços*: 6ª ed.: São Paulo: Atlas, 2003.

NAKAGAWA, Masayuki, Introdução a Controladoria – Conceitos, Sistemas e Implementação; São Paulo: Atlas, 1993.

ROSS, Stephen A., WESTERFIELD, Randolph W., JAFFE, Jeffrey F. – Administração Financeira – Corporate Finance; São Paulo: Atlas; 2009